

Exposição

# Entre sombras e silêncios: a censura no Estado Novo

de Braga

O lápis do silêncio

Proibido

Vienda

Censurado

Inimigos

Insuficiência

Cartado

Subv

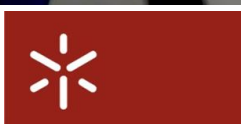
Imag

Emerg

Mous

3 de abril a 3 de junho de 2024

Sala de leitura dos jornais diários da Biblioteca Pública de Braga



Universidade do Minho  
Biblioteca Pública de Braga



## **Enquadramento**

No âmbito das comemorações do 50º aniversário da Revolução de 25 de abril de 1974, a Biblioteca Pública de Braga assinala esta efeméride com uma exposição intitulada “Entre sombras e silêncios: a censura no Estado Novo”.

Esta exposição evidencia a forma como o Estado Novo reprimiu, durante várias décadas do século XX, as obras da esfera da cultura, do livro e do meio literário, que pudessem, de alguma maneira, contrariar, criticar ou expor as fragilidades e patologias da organização social e da doutrina oficial que o caracterizavam e sustentavam.

Em resposta ao “Inquérito à Situação dos Escritores e Intelectuais Portugueses” publicado no jornal A República (21 de out. de 1969) um grupo notável de autores refere que os principais problemas contra a vida intelectual e contra o ofício da escrita em Portugal são a falta liberdade e “a censura, a censura, a censura”. Nesta peça jornalística, Mário Dionísio refere que os efeitos da censura “não se limitam ao ato de impedir que se inscrevam ou leiam muitos e muitos livros, artigos, simples noticiários ou pedaços deles, alterando-lhes a unidade, o significado, a utilidade e a beleza. (...) O que se escreve já não é só vítima dos profissionais de impedir que os outros escrevam o que querem escrever. Depois de anos e anos de cortes, apreensões de livros, proibições até de citar nomes e obras, de constante atrofia de todo o espírito, são censores também os editores, os diretores de revistas e jornais, os próprios autores daquilo mesmo que escrevem no próprio acto de escrever.”

Em suma, esta exposição procura, através de uma pequena seleção, mostrar uma "biblioteca de livros censurados", que por terem sido proibidos, foram silenciados do grande público durante muitas décadas. Os livros que agora se expõem são, deste modo restituídos ao público. O que ontem foi expurgado e proibido pode hoje ser lido e iluminado. É um ato de reparação, mas também uma forma de relembrar o que se escondeu por detrás das suas páginas, da vigilância, da repressão, da perseguição, da tortura e do assassinato das palavras e das ideias.

## **Livros censurados, o trabalho dos censores e as bibliotecas**

Esta exposição apresenta um conjunto **de livros apreendidos e proibidos de circular** pelos Serviços de Censura e que não se podiam ler durante o Estado Novo. Acusados de serem imorais, pornográficos, comunistas, irreligiosos, subversivos, maus, antissociais, dissolventes, anarquistas ou revolucionários, estes livros proibidos são a memória de uma biblioteca que não podia ser lida, um testemunho do que é contrário à própria ideia de biblioteca, que corresponde a autores e ideias que foram colocados na sombra e silenciados pelos Estado Novo.

Sabe-se hoje que de 1934 a 1974 a censura oficial do Estado Novo terá produzido mais de 10.00 relatórios aos livros de autores, portugueses e estrangeiros, em edição original ou tradução, que entravam e circulavam em território nacional. Assim, e com caráter exemplificativo, apresentam-se alguns **relatórios de leitura escritos pelos censores**, bem como um dos vários ofícios recebidos na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga (como era então designada) com a identificação dos **livros que, por serem proibidos, deveriam ser retirados da leitura**.

A análise dos relatórios dos censores durante os períodos salazarista e marcelista oferece contributos valiosos sobre as práticas do regime autoritário em Portugal. Esses relatórios revelam as prioridades do Estado Novo em controlar a produção cultural e intelectual, suprimindo qualquer conteúdo que desafiasse a autoridade do Chefe de Estado ou promovesse ideias contrárias à sua ideologia. Isso incluía proibir referências ao anarquismo, socialismo e marxismo-leninismo, bem como qualquer expressão que pudesse incitar à dissidência política ou social, como o sindicalismo e questões relacionadas aos direitos dos trabalhadores.

Além disso, o regime buscava censurar obras que abordassem temas sociais, injustiças e questões de emancipação social e sexual, consideradas ameaças ao status quo e aos valores tradicionais defendidos pelo Estado Novo.

**DESPACHO:**  
 Em 2/XI/1955  
 Autorizado

Distribuído para leitura em 28/10/1955  
 Recebido em 31/10/1955

**RELATÓRIO N.º 5496**  
 Autor: Bernardo Santareno  
 Tradutor:  
 Editor: Tipografia Escolar - Santareno  
 Proveniência: Presente para Leitura

**" ROMANCES DO MAR "**

Versos más, doctios, irreligiosos, anti-sociaes e imorais, numa prosa, desculpabilizada. Entendo que não deva ser autorizado a publicar-se o presente livro.

O LECTOR  
 JOSÉ DE SOUSA CHAVES  
 Major

## Secretariado Nacional de Informação, Censura

Relatório n.º 5496 do Secretariado Nacional de Informação – Censura, relativo de 28/10/1955, ao livro “Romances do Mar” de Bernardo Santareno: Autorizado com cortes, desde que suprimida a poesia “Romance do Pescador Velho” / Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Ministério da Educação Nacional  
**BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA**  
 SERVIÇO DO DEPÓSITO LEGAL

Ex.º Senhor  
 Director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga

BRAGA

Segundo comunicação da Direcção-Geral de Segurança a esta Biblioteca, têm de ser retiradas da leitura pública por serem consideradas obras proibidas as abaixo mencionadas:

- "A educação sexual dos adultos/Tema uma sexualidade desculpabilizada da autoria de Roger Gerard
- "A Filula" da autoria de José Vilhena
- "Começo de que viragem para um? caderno nº2 da colecção Política Económica Economia Política
- "De Poema em Este" de José Carlos de Vasconcelos
- "Diário Político por Raul Rego
- "Para um Dossier da Oposição" Organizado e Prefaciado por Serafina Ferreira e Alfredo Nogueira

A bem da Região

## Biblioteca Nacional de Lisboa (Serviço do Depósito Legal)

Ofício de 29/05/1970 dirigido à Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga / Biblioteca Nacional de Lisboa (Serviço do Depósito Legal) com indicação de “têm de ser retiradas da leitura obras proibidas, as abaixo mencionadas”

“A opinião Pública é elemento fundamental da política e administração do País, incumbindo ao Estado defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum.”

“Leis especiais regularão o exercício da liberdade de expressão do pensamento, de ensino, de reunião e de associação, devendo, quanto à primeira, impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião públicas na sua função de força social, e salvaguardar a integridade moral dos cidadão, a quem ficará assegurado o direito de fazer inserir gratuitamente a rectificação ou defesa na publicação periódica em que forem injuriados ou difamados, sem prejuízo de qualquer outra responsabilidade ou procedimento determinado na lei.” na lei.”

### **Artº 20 e 8º(§ 2º) da Constituição da República Portuguesa de 1933**

“Serão encerradas as tipografias que imprimirem publicações, manifestos, panfletos ou outros escritos subversivos ou que possam perturbar a ordem pública, sendo apreendidos e revertendo para o Estado as respectivas máquinas e restantes móveis. Não é devida qualquer indemnização em consequência do referido encerramento ou da apreensão.”

### **Artº 24º do Decreto-lei nº 37 447 de 13 de julho de 1949 – Ministério do Interior e da Justiça (Medidas preventivas e repressivas de certas atividades contrárias à segurança do Estado)**

## **A legislação sobre a censura**

Embora seja comum a referência à instituição da Censura enquanto um dos pilares do Estado Novo, a atividade censória, para além de basilar, foi tentacular, já que a todo o lado chegava, estendendo-se ao teatro e espetáculos, ao cinema, à produção musical e artística, aos restantes meios de comunicação, como à rádio e à televisão, mas também à imprensa e aos livros.

A ação da censura aos livros e à imprensa vinha já da Ditadura Militar (1926-1933), sob a alçada da *Direção Geral dos Serviços de Censura à Imprensa* (DGSI, 1926-1933), mas é com a instauração do Estado Novo de Salazar, com a criação do *Secretariado de Propaganda Nacional* que se consolida e institucionaliza, terminando só, legalmente, com a revolução de 1974.

Ao contrário dos periódicos, a censura aos livros operou num sistema pós-impressão e publicação. Apesar de ter havido propostas e legislação do regime para torna-la prévia, como nos jornais raramente se efetivou. Ainda que alguns escritores, tipografias e editores enviassem manuscritos, datilografados ou provas aos Serviços, a maioria dos livros chegava por apreensão ou requisição. A polícia política apreendia exemplares nas tipografias, livrarias e editoras, mas também durante as rusgas ao domicílio, enviando-os posteriormente para os *Serviços de Censura*.

Neste núcleo, e para melhor compreensão desta temática, a exposição apresenta uma linha do tempo com os principais diplomas legislativos que regulam a censura aos livros no período do Estado Novo em Portugal.

## **O ambiente de trabalho do censor [recriação]**

Neste espaço, e de modo a contribuir para uma melhor “leitura” do contexto sociopolítico deste período, recriou-se um ambiente interior de trabalho de um censor, retirando do esquecimento ou quase “anonimato” o mobiliário e alguns equipamentos testemunhos dos moveis-tipo e dos objetos coevos do Estado Novo.

## **Bibliografia essencial**

Obras proibidas e censuradas no Estado Novo: Biblioteca dos Serviços de Censura e “Obras Proibidas” na Biblioteca nacional / Coord. E Catálogo Álvaro Leça, Luís de Sá, Manuela Rêgo. – Lisboa : Biblioteca Nacional de Portugal, 2022 . – 484, [1] p. : il. ; 24 cm

Livros proibidos no Estado Novo / org. Manuela Ferrão, Susana Oliveira, Teresa Fonseca ; apres. João Bosco Mota Amaral . - Lisboa : Assembleia da República, 2005 . - 205 p. : il. 30 cm

Livros portugueses proibidos no regime fascista : bibliografia [Texto policopiado] / Maria Luísa Alvim . - Braga : [s.n.], 1992 . - 64 p. 29 cm

Censura : a construção de uma arma política do Estado Novo / Júlia Leitão de Barros ; pref. José Pacheco Pereira . - 1ª ed. . - Lisboa : Tinta-da-China, 2022 . - 271, [1] p. : il. 22 cm

“Estes Escritores Morreram”. A Censura aos livros e à Leitura no Estado Novo /Henrique Barreto Nunes in Boletim Cultural V. N. Famalicão . – V. N. Famalicão : Câmara Municipal, nº 10-11. - 2016-2017 . – il. 30 cm ; p. 196-215

Mutiladas e proibidas : para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo / Cândido de Azevedo . - Lisboa : Caminho, 1997 . - 231p. ; 21 cm

Mobiliário para edifícios públicos : Portugal : 1934-1974 / coord. Bárbara Coutinho ; trad. e rev. Isabel Haber . - LisboaCasal de Cambra : MUDE ; Caleidoscópio, 2015 . - 183, [1] p. : il. ; 27 cm

### **Contactos**

Biblioteca Pública de Braga – UMinho,  
Largo do Paço, 4704 -553 Braga – P  
Telef: +351. 253. 601180  
Email: [bpb@bpb.uminho.pt](mailto:bpb@bpb.uminho.pt),  
Info: [www.bpb.uminho.pt](http://www.bpb.uminho.pt)